



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA- UEPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

ADILMA OLIVEIRA SILVA SOARES

**ALFABETIZAÇÃO: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA
DO PROFESSOR**

CAMPINA GRANDE-PB

2014

ADILMA OLIVEIRA SILVA SOARES

**ALFABETIZAÇÃO: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA
DO PROFESSOR**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como pré-requisito para obtenção do Título de licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a MS. Kátia Cristina de Castro Passos

CAMPINA GRANDE- PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S676a Soares, Adilma Oliveira Silva.
Alfabetização [manuscrito] : um olhar sobre a prática do professor / Adilma Oliveira Silva Soares. - 2014.
62 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Profa. Ma. Katia Cristina de Castro Passos,
Departamento de Educação".

1. Alfabetização. 2. Letramento. 3. Prática docente. I. Título. .
21. ed. CDD 372.6

ADILMA OLIVEIRA SILVA SOARES

ALFABETIZAÇÃO: um olhar sobre a prática do professor

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como pré-requisito para obtenção do Título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovado em: 13 de Março de 2014



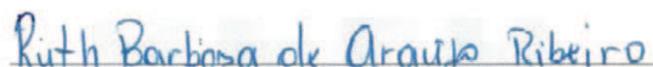
Prof.^a Ms. Kátia Cristina de Castro Passos / UEPB

Orientadora



Prof.^a Esp. Cristinne Ferreira Silva Oliveira / UEPB

Examinador



Prof.^a Esp. Rute B. Araújo Ribeiro/ UEPB

Examinadora

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por não ter desistido de mim, ajudado e me dado forças para continuar e não desistir.

A MEUS PAIS, por ter confiado em mim e me ajudado e todo momento que precisei.

A MEU MARIDO E FILHO, por entender os momentos que tive que me ausentar de sua companhia para escrever e estudar.

A TODA MINHA FAMÍLIA, pela força e carinho, principalmente por mostrar que eu era capaz;

AOS MEUS AMIGOS, pelas broncas e puxões de orelhas para caminhar firme e não desistir.

A MINHA ORIENTADORA pela paciência por ter me orientado, e pelo tempo despendido para ajudar- me nessa produção.

A PROFESSORA participante da pesquisa, que me recebeu tão bem e com quem aprendi bastante pela sua forma fascinante e simples de ensinar.

“Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais”.

RUBENS ALVES

Resumo

A alfabetização ocupa uma importante etapa da vida escolar de uma criança, por isso o presente trabalho aborda a temática da prática da professora de alfabetização que irá ser objeto de estudo. A finalidade desse trabalho é analisar as implicações da prática docente numa turma de alfabetização do 1º ano do ensino fundamental de uma escola pública municipal da cidade de Montadas. O método de pesquisa foi à abordagem qualitativa, no qual se fundamentou em alguns teóricos que abordam estudos sobre a alfabetização, dentre eles: ANTUNES 2003; CAGLIARI 2007; FERREIRO 2010; GARCIA 2008; MOLL 2009; SOARES 2009; TEBEROSKY 2008. As visitas à sala da classe de 1º Ano, da Escola Municipal Ensino Infantil e Fundamental Helena José Porto, ajudaram a abstrair os processos escolares que apresentavam, explícita e implicitamente, elementos os quais ajudaram a compreender a prática docente nessa classe de alfabetização. A coleta de dados contou com os seguintes instrumentos: o questionário composto de dez questões fechadas e a observação não participante das aulas. Acreditamos que com este estudo acadêmico, possamos levar o professor alfabetizador, que está atuando nas salas de alfabetização, a refletir sobre sua prática pedagógica; assim como a comunidade acadêmica pode utilizá-lo na formação de novos educadores, principalmente levando a compreensão do processo de alfabetização, que já é tão discutido mais na prática pouco é modificado.

Palavras- chaves: Alfabetização. Letramento. Prática Docente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1- PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO.....	11
1.1- ALFABETIZAÇÃO.....	13
1.2- A ALFABETIZAÇÃO ANTES DA PSICOGÊNESES DA LÍNGUA ESCRITA	17
1.3- A ALFABETIZAÇÃO APÓS A TEORIA DA PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA.....	20
Erro! Indicador não definido.	
1.3.2- Período Pre-silábico.....	21
1.3.2- Período Silábico.....	22
1.3.3- Período Silábico- Alfabético.....	23
1.3.4- Período Alfabético.....	23
1.4- MÉTODO DON BOSCO.....	25
1.4.1- Especificidade do método.....	28
1.4.2- O material didático.....	29
2- O PAPEL DO PROFESSOR ALFABETIZADOR.....	30
2.1- REALIZAR PROJETOS DIDÁTICOS.....	31
2.2- TRABALHAR COM SEQUÊNCIA DIDÁTICA.....	32
2.3- A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR COMO ESCRIBA NA SALA DE AULA.....	34
2.4- A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR COMO LEITOR NA SALA DE AULA.....	35
3- CAMPO DE INVESTIGAÇÃO.....	37
3.1-A	
ESCOLA.....	37
Erro! Indicador não definido.	
3.2- SALA DE AULA.....	38
3.3- A PROFESSORA.....	38
3.4- TRABALHO	
DESENVOLVIDO.....	39
Erro! Indicador não definido.	
4- APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	40
4.1- CONCEPÇÕES DA PROFESSORA	40
4.2- PLANEJAMENTO DAS AULAS.....	43
4.3- MATÉRIAS E MÉTODO DE ENSINO.....	45
4.4- DINÂMICA E INTERATIVA DA SALA DE AULA.....	47
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERENCIA BIBLIOGRAFICA.....	51
ANEXO.....	54

APÊNDICE.....	59
---------------	----

INTRODUÇÃO

A escola é uma instituição criada para transmitir conhecimentos sistematizados que precisam ser intencionalmente preparada para que haja uma aprendizagem. Neste cenário encontra-se o professor, principal responsável por fazer com que esses conhecimentos sejam compreendidos e reconstruídos pelo aluno.

O papel do professor alfabetizador é de grande importância, pois é ele quem tem os meios e o conhecimento de como levar à criança a aquisição da leitura e da escrita. Neste momento é que percebemos a importância de se analisar como esse processo está sendo desenvolvido na escola, para que as crianças consigam alfabetizar-se com proficientes.

Porém, não podemos jogar toda a responsabilidade da alfabetização no professor alfabetizador, ele é o principal, mas todos que fazem parte da escola, inclusive o gestor escolar deve ter o mínimo de conhecimento do processo de aquisição da escrita e da leitura, para criar medidas administrativas de planejamento e de organização da dinâmica pedagógica escolar, que possibilitem uma alfabetização efetiva, atendendo a todos os alunos em processo de alfabetização.

Pensando nisso, para trabalho de conclusão do curso de Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba, resolvemos pesquisar a prática da professora alfabetizadora, visto a necessidade de sabermos como esse processo tão fundamental para o desenvolvimento da criança está acontecendo na turma de 1º ano do Ensino Fundamental I, turno manhã, com crianças na faixa etária de 6 anos, na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Helena José Porto, na zona urbana da cidade de Montadas. Outro fator que contribuiu para a realização dessa pesquisa foi o interesse pessoal da autora, que desde o início do curso de Pedagogia, procurava entender como a criança aprendia a ler e escrever, também para entender como a prática da professora pode levar ou não o aluno a se alfabetizar no 1º ano.

É fundamental sabermos também qual a concepção da professora sobre a alfabetização, como ela vê sua importância neste processo, qual metodologia emprega, quais materiais utiliza, e se ele segue alguma corrente teórica, visto que, a aquisição da língua escrita, pela criança representa um momento crucial no processo inicial da escolarização, como também, é requisito fundamental para que essa criança seja bem-

sucedida em toda sua trajetória escolar. Uma vez que todo saber formal veiculado pela escola é realizado, através da leitura e da escrita; por isso que não é aceitável o professor (educador) ver seus alunos como “tábua rasa”, no qual terá que partirá em sua metodologia do zero.

Antes das publicações de Emilia Ferreiro, o uso dos métodos analíticos e os sintéticos, que serão comentados no decorrer do trabalho, eram o melhor amigo dos (as) professores (as), na qual se baseavam e seguiam a sua orientação proposta; a utilização da cartilha era, quase que exclusivamente, o único material didático. Com a influência da abordagem construtivista na psicologia da aprendizagem, muitos professores (as) não conseguem colocar em prática as novas teorias, por isso, temos escolas adotando essas novas visões de aprendizagem, sem ter passado por uma preparação prévia para acolher essas mudanças, e as metodologias antigas ganharam roupagem de construtivistas.

Hoje os educadores estão conscientes de que o aprendizado não está apenas em decodificar ou codificar as letras de uma palavra e sim, em sua compreensão. O construtivismo traz isso em sua teoria, Emílio Ferreiro nos mostra que para escrever, a criança precisa compreender a estrutura do sistema alfabético, enquanto representação da língua.

Neste contexto temos como objetivo geral verificar como acontece a prática de alfabetização da professora objeto de pesquisa, após inserção da criança de 06 anos no ensino fundamental.

No que se refere aos objetivos específicos, iremos identificar qual metodologia utilizada, na escola escolhida para pesquisa, no processo de alfabetização; observar as atividades propostas sobre o processo de aquisição da escrita e leitura; ver os materiais utilizados durante a aula; analisar a concepção da professora sobre o processo de aquisição da escrita e da leitura.

No intuito de entender a prática pedagógica que estava acontecendo na sala de aula da professora pesquisada no 1º ano do ensino fundamental, foi realizado um estudo qualitativo embasado em teorias que tratam da alfabetização e da importância do professor alfabetizador. Para isso fizemos uma coleta de dados em uma turma de 1º Ano do ensino fundamental I.

Neste sentido a presente monografia está organizada na seguinte estrutura.

No primeiro capítulo iremos fazer um apanhado histórico sobre a alfabetização.

No segundo capítulo trataremos da alfabetização antes e depois da psicogênese da língua escrita de Emília Ferreiro.

No terceiro, abordaremos o campo de pesquisa;

No quarto apresentaremos a pesquisa juntamente com a análise dados do questionário e com toda observação realizada nas aulas.

I- PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO

A necessidade da escrita surgiu na antiguidade, quando os primitivos sentiram a necessidade de deixar registrado, suas memórias. Segundo Cagliari (2007), os registros eram de fatos religiosos, científica, política, artística, cultural.

Os primeiros registros foram às pictóricas, desenhos que serviam para que as informações desejadas pudessem ficar registradas. Esses registros foram evoluindo e chegaram à ideografia, que com o passar dos séculos, foram perdendo alguns traços até tornarem-se uma simples conversão da escrita, como o nosso alfabeto. A fase alfabética é característica pelo uso de letras que representam a fonografia- grafia dos sons das palavras.

Com a invenção do livro impresso, na primeira metade do século XV, foi disseminada a necessidade da importância de se aprender a ler. Tanto a leitura como a escrita, poucos tinham acesso a ela. Fato comprovado quando observamos na história do Brasil os fortes vestígios deixados de herança no período colonial, séculos XVI, XVII, XVIII e parte do XIX, pois era um direito apenas dos colonizadores de responsabilidade dos Jesuítas direcionado apenas para os homens; o povo não tinha direito a educação escolar, conforme Teixeira e Almeida (2000, p.42) “a educação no período colonial não visava à formação do povo. Pelo contrário, o povo foi excluído do sistema educacional dos jesuítas. A educação de elite possuía seu público alvo, e servia como patamar de ascensão social”.

Os jesuítas tinham como missão principal, levar a cultura européia, principalmente à religião católica aos índios, que estavam em grande número e falava outras línguas como: Tupie Macro – Jê; e tinham outros costumes como: viverem em ocas, andarem quase nus e em alguns índios eram canibais. Neste contexto foram criadas as escolas.

Depois da expulsão dos jesuítas, o Brasil ficou desprovido de escolas, com a industrialização inicializada na Inglaterra, houve a necessidade de melhorar a mão de obra brasileira, através de um ensino público, principalmente cursos superiores destinados às elites comerciantes e industriais.

Com a vinda da família real em século XIX, houve a necessidade de criar curso superior profissionalizante para servir ao contingente que vinha de Portugal para o Brasil.

Com a independência do Brasil foi instituída a primeira constituição que trazia no seu bojo a exigência de um ensino primário e a construção de escolas, ginásios e universidade. Por mais que a lei maior que rege o país determinasse uma educação destinada ao público, que inclui a população em geral, a realidade permanecia a mesma, segundo Moll (1999) o acesso aos saber escrito mantém-se como privilégio de poucos.

Com avanços e retrocessos, a constituição brasileira de 1946, trouxe a criação de um fundo nacional de ensino primário que marca a efetivação na garantia de um ensino primário público, houve uma demanda em número de matrículas que a quantidade de escolas existentes não tinha como atender com a garantia de um ensino qualidade, também não se tinham um diagnóstico de como as escolas estavam alfabetizando seus aluno e o resultado segundo Moll (1999, p.32), veio com o censo demográfico de 1980, mostra que no Nordeste tinha 45,5% de analfabetos.

Juntamente com a questão da falta de vagas nas escolas, existia o problema da exclusão ligada à baixa produtividade em relação ao ensino-aprendizagem, que se materializavam na evasão, reprovação e repetência. O primeiro ano escolar, onde o aluno deveria aprender a ler e escrever, isto é, alfabetizar-se, era fundamental no seu processo educacional, sua continuidade dependia de como esse primeiro ano fosse realizado.

Pesquisadores de varias correntes teóricas, incomodados com o número de evasão, reprovação e repetência, foram investigar o motivo pelo qual as crianças não se alfabetizavam.

Considerando o pensamento de Moll (1999), que nos diz: Na Abordagem Psicologicista a explicação para o fracasso escolar está no aluno, na sua capacidade de aprender, por ter nelas algum problema como déficits, podendo ser de ordem perceptual, motora, linguística, afetiva ou intelectual. O marco desta abordagem esta nos testes como ABC, de Lourenço filho e o Teste de Quociente Intelectual.

A Abordagem Biologista também foca o problema do fracasso escolar no aluno, relacionando a disfunções biológicas ou por fracasso e desnutrição. Moll (1999) (apud Dantas 1976) criou e investigou a relação do estado nutricional da criança com as habilidades cognitivas observando que os incrementos significativos nas habilidades cognitivas não têm nenhuma relação com o estado nutricional da criança.

A Abordagem Culturalista, aponta que o problema do fracasso escolar está no contexto social da criança, pois são crianças de origem de classes populares que geralmente apresentam problemas de aprendizagem e que não estão inseridas em um ambiente social letrado. A escola adota como modelo à cultura das classes privilegiadas, por tanto, as crianças oriundas de um meio social desfavorecido “culturalmente”, tende a ter dificuldades de aprendizagem, essas crianças são, segundo Moll (1999, p.45), “pobre de situações de estimulação, que interfere negativamente no desenvolvimento linguístico, cognitivo e psicomotor destes indivíduos”.

Toda essa questão do fracasso escolar mudou de foco quando se mudou a visão, de como se deve ensinar para como a criança aprender. Embasado na teoria da gênese do conhecimento de Piaget, Emília Ferreiro iniciou seus estudos em 1974, pesquisando como a criança aprende, após a divulgação de seus resultados em parceria com a pedagoga Ana Teberosky, todos os autores e pesquisadores se voltaram para essa perspectiva e a tendência construtivista da aprendizagem explicava o modo pelo qual a criança se apropria do sistema de representação da escrita, os métodos utilizados até em tão, foram visto de forma diferente, pois a teoria de Emília Ferreiro trouxe varias modificações de ideias que mistificavam o aprendizado da lectoescrita.

Através de suas pesquisas, Emília Ferreiro e colaboradores, conseguiram demonstrar que a aprendizagem é um resultado de um processo de construção cognitiva que se estabelece pela interação do sujeito com a escrita enquanto objeto de conhecimento culturalmente contextualizado. Essa nova teoria denominada construtivista, embasa todas as políticas públicas de educação do Brasil, como por exemplos, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a mais recente, Pacto de Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

1.1- ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A alfabetização ainda e um tema muito estudado, seja pela sua importância para continuidade do aluno na vida escolar, seja por que vemos a dificuldades de se alfabetizar; Saindo do 5º ano do ensino fundamental I, pessoas sem domínio da leitura e interpretação de texto, sem saber escrever textos simples. Enfatizando nas palavras de Nicotti (2009 p. 266).

Em nosso país, muitos problemas que desafiam a educação escolar tem raízes no ensino e no aprendizado da leitura e da escrita. As dificuldades referentes à alfabetização podem ser observadas desde o início do ensino fundamental, manifestando-se com: falta de aprendizado dos conhecimentos básicos sobre a escrita; o baixo nível de compreensão da leitura que muitas vezes, quando ocorre, resume-se na decifração; acesso insuficiente à escrita convencional e à organização textual. As dificuldades consolidam-se com as tensões que acompanham os insucessos escolares e marcam aqueles que chegam ao término do ensino fundamental sem saber ler e escrever. (NICOTTI, 2009, p. 266)

Colado com a alfabetização temos o letramento, uma preocupação hoje é tornar as crianças também letradas, seres participantes de práticas sociais que utilizam a leitura e a escrita.

O problema de ser realizar uma alfabetização plena é o fato da escola, em geral não saber fazer de seus alunos bons leitores, isso traz consequências graves para o futuro deste, que terão dificuldades enormes em continuar na escola, onde a leitura se faz necessária a todo instante, e serão fortes candidatos à evasão escolar.

Como medida de mudança deste quadro, o Governo investe em programas voltados para a formação de professores, como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, programa voltado para a formação do professor alfabetizador, de 1º ano a 3º ano, com objetivo de uma alfabetização consolidada, visto a necessidade de a criança tornar-se leitor e escritor proficiente.

Os olhares se voltam para o professor por ele ser o principal responsável para a que a alfabetização efetiva aconteça, é ele quem está diariamente com os alunos, sabe o que cada um necessita para avançar em sua aprendizagem. Conforme o PNAIC (2012).

[...] a alfabetização é, sem dúvida, uma das prioridades nacionais no contexto atual, pois o professor alfabetizador tem a função de auxiliar na formação para o bom exercício da cidadania. Para exercer sua função de forma plena é preciso ter clareza do que ensina e como ensina. Para isso, não basta ser um reprodutor de métodos que objetivem apenas o domínio de um código linguístico. É preciso ter clareza sobre qual concepção de alfabetização está subjacente à sua prática. (PNAIC 2012)

Vivemos em na era da informação onde estamos rodeados de suportes que nos informam na hora que os fatos estão acontecendo, principalmente através da internet e da televisão, por isso não se pode mais aceitar que a alfabetização seja de responsabilidade de pessoas despreparadas, desprovida de conhecimentos sobre o processo da aprendizagem, pois continuaremos a ter índices vergonhosos de analfabetismo funcional. Conforme o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação

Educativa, parceiras na criação do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), mostram evolução do alfabetismo funcional na última década, onde o percentual da população alfabetizada funcionalmente foi de 61% em 2001 para 73% em 2011, mas apenas um em cada 4 brasileiros domina plenamente as habilidades de leitura, escrita e matemática. Fonte: INAF BRASIL 2001 a 2011.

O Indicador de Analfabetismo Funcional (Inaf) define quatro níveis de alfabetismo:

ANALFABETOS FUNCIONAIS

Analfabetos: não conseguem realizar nem mesmo tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços, etc.).

Alfabetizados em nível rudimentar: localizam uma informação explícita em textos curtos e familiares (como, por exemplo, um anúncio ou pequena carta), leem e escrevem números usuais e realizam operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias.

FUNCIONALMENTE ALFABETIZADOS

Alfabetizados em nível básico: leem e compreendem textos de média extensão, localizam informações mesmo com pequenas inferências, leem números na casa dos milhões, resolvem problemas envolvendo uma sequência simples de operações e têm noção de proporcionalidade.

Alfabetizados em Nível pleno: pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos usuais: leem textos mais longos, analisam e relacionam suas partes, comparam e avaliam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses. Quanto à matemática, resolvem problemas que exigem maior planejamento e controle, envolvendo percentuais, proporções e cálculo de área, além de interpretar tabelas de dupla entrada, mapas e gráficos.

Segundo Soares (2009, p. 19) “alfabetizado nomeia aquele que apenas aprendeu a ler e escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de alguém que se apropriou da leitura e da escrita, incorporando as práticas sociais que as demandam.” Só recentemente passamos a enfrentar esta nova realidade social em que não basta ler e escrever, e preciso também fazer uso do ler e do escrever, saber responder as exigências da leitura e da escrita que a sociedade faz continuamente- daí o recente surgimento do termo **letramento**.

De acordo com Soares (2009, p. 24)

Um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mais vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebem cartas e outros leem para ele, se dita carta para que um alfabetizado a escreva, se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita. Da mesma forma a criança que ainda não se alfabetizou, mais já folheou livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que lhe são lidas, esta rodeada de materiais escritos e percebe seu uso e função, essa criança não é ainda alfabetizada, já que não aprendeu a ler e escrever, mas já penetrou no mundo do letramento, já é, de certa forma, letrada.

Ter se apropriado da escrita é diferente de ter aprendido a escrever. Aprender a escrever significa adquirir uma tecnologia, a de decodificar em língua escrita; apropriar-se da escrita é tornar a escrita “própria”, ou seja, assumi-la como sua propriedade, saber como e quando a utiliza na prática para um objetivo específico. Soares (2009, p. 58-59) explica algumas condições para o letramento:

O que ocorre nos países de terceiro mundo é que se alfabetizam crianças e adultos, mas não lhe são dadas as condições para ler e escrever: não há material impresso posto a disposição, não há livrarias, o preço dos livros e revistas é inacessível, há um número muito pequeno de biblioteca. Como é possível torna-se letrado em tais condições? Isso explica o fracasso das campanhas de alfabetização em nosso país: contentam-se em ensinar a ler e a escrever; deveriam em seguida criar condições para que os alfabetizados passassem a ficar emersos em um ambiente de letramento, para que pudessem entrar num mundo letrado, ou seja, num mundo em que as pessoas têm acesso a leitura e à escrita, vivam em tais condições sociais que a leitura e a escrita tenham uma função para elas e tornem-se uma necessidade uma forma de lazer.

Para uma criança que vive em um ambiente social alfabetizado, ela vem desenvolvendo estruturas de pensamento de como se constitui a leitura e a escrita. Na escola, o professor precisa identificar o nível desse conhecimento e intervir a partir dele para a apropriação efetiva da leitura e escrita. Mas, para uma criança que vem de um ambiente analfabeto socialmente, a criança precisa ter na escola a possibilidade de interação da leitura com a escrita para desenvolver as estruturas de pensamento que a criança oriunda de um ambiente social alfabetizado tem sobre a leitura e escrita. Em relação a níveis de compreensão do sistema alfabético, elas estariam em níveis diferentes, portanto o professor em seu planejamento precisa desenvolver atividades diferenciadas para atender todos os níveis de conhecimento que existe em sala de aula.

Partindo dos conhecimentos que a criança traz e trabalhando com agrupamento, onde um ajuda o outro, contribuindo com um conhecimento já adquirido, compartilhando com aquele que está com o mesmo conhecimento em desenvolvimento. A escola ajudará a criança oriunda de um meio social desfavorecido culturalmente a avançar em sua compreensão sobre o sistema de escrita alfabética e permitindo que todas as crianças alcancem o mesmo nível, alfabetizadas. Porém, muitas escolas ainda não atentaram para esse processo, conforme Moll (1999, p. 78), “por ignorar o que a criança é, a escola exige dela o que ela não tem, considerando coisas que para ela são desconhecidas”, levando essa criança ao fracasso escolar.

É onde entra a importância do professor mediador, é ele quem investiga o que sabem seus alunos e os agrupa conforme suas necessidades; o professor não é mais aquele que transmite o saber e os alunos apenas recebem, como se o conhecimento fosse um remédio, onde a cada dose engolida fosse à quantidade de conhecimentos necessária para que, ao finalizar o tratamento, o aluno estivesse alfabetizado. Sabemos que para se alfabetizar, o aluno precisa interiorizar e compreender para aprender; concordando com Antunes (2003, P. 22), quando diz,

Nunca é demais destacar que o aluno constrói seu próprio conhecimento, jamais recebe pronto do professor, salvo em ações mecânicas onde esses conhecimentos jamais ajudarão a construir outros; ser professor na verdade é ajudar nessa tarefa de construção, intermediando a relação entre o aluno e o saber.

O professor alfabetizador tem uma responsabilidade maior, pois o aluno está adquirindo a capacidade para ler e escrever, habilidades necessárias pelo resto da vida e por tanto, a criança precisa compreender e colocar em prática todo conhecimento adquirido, com a produção de textos reais e a leitura de suportes textuais que circulam na sociedade.

1.2- ALFABETIZAÇÃO ANTES DA PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA

Os métodos de ensino eram a base usada pelos professores para garantir a aprendizagem da leitura e da escrita. Segundo Moll (1999) a ideia de que, para obter sucesso no processo de ensino é preciso que se tenha feito a opção pelo melhor método.

Os métodos mais difundidos foram os métodos Sintético, Analítico e Misto. Ferreiro e Teberosky (1991, p.19) dizem que os métodos sintéticos que tem como característica a correspondência entre o oral e o escrito, som e grafia, vai da parte ao todo, onde os elementos mínimos da escrita são as letras.

Segundo Ferreiro e Teberosky (1991) durante muito tempo ensinou-se a pronunciar as letras estabelecendo regras de sonorização da escrita com seu idioma correspondente.

O método citado acima se desdobra em processos *alfabéticos, silábicos e fonéticos*, ele parte do princípio que a criança precisa entender o som que forma as palavras e relacioná-las graficamente, assim a criança aprende a ler e a escrever. A prática pedagógica é voltada para o treino e repetição, inicia-se com a leitura mecânica para depois desenvolver a leitura compreensiva, geralmente de textos sem sentidos criados para uso da escola, como a famosa frase “Ivo viu a uva”. Esse método, segundo Moll (1999, p.60) “conduz a uma decodificação automática, que pode provocar um desinteresse da criança pela leitura e conseqüente afastamento da realidade social”.

Entre os métodos sintéticos, o que mais se destacou foi o fonético, que propõe que se parta da parte oral, começando pelos fonemas das palavras, relacionando a sua representação gráfica. Uma das críticas que levaram o método fônico ao desuso na maioria das escolas foi o fato de por exigir muito da análise auditiva para separar os sons e representá-lo graficamente, os alunos teriam que ter uma pronuncia correta para não confundir os fonemas e para evitar confusões visuais entre eles, os que fossem parecidos teriam que ser dados em momentos diferentes, sempre esperando que o aluno fixe primeiro o apresentado para poder passar para o próximo, caracterizando assim uma aprendizagem mecânica, seja ela da leitura ou a escrita. Primeiro era necessário à decodificação, depois veria a compreensão do escrito.

Segundo o método silábico ou o fônico –, a criança seria uma “tábula rasa” que, repetindo informações prontas, transmitidas pela professora ou pelo autor da cartilha, se alfabetizaria sem ter que modificar suas ideias prévias sobre a escrita, de modo a compreender como o alfabeto funciona. (PNAIC, 2002, ANO 1, nº 3, p.06)

Os métodos analíticos defendem uma leitura global da palavra ou orações, posteriormente vem a análise detalhada das partes, a leitura e vista como uma tarefa visual, onde se tem que partir da unidade significativa para a criança.

Ele desdobra-se em processos de palavrção, sentencição e contos. Parte de unidades maiores, como texto desmembrando para unidades menores como fonemas letras e sílabas.

As cartilhas eram utilizadas nas salas de aulas pelo professor, muitas vezes como único recurso de alfabetização, elas eram embasadas nos métodos, seja analítico, sintéticos ou mistos. A preocupação era muito grande em como se ensinar, qual método conduziria o aluno a aprender ler e escrever mais rápido. Conforme Moll (1999, p. 61)

A preocupação docente com os métodos de ensino na questão de alfabetização revela uma postura epistemológica que, segundo Freire (1983) transforma a educação em um ato de depositar, no qual o educando e depositário e o educador o depositante.

Segundo Ferreiro e Teberosky (1991, p.20) por haver muitos aspectos diferentes entre o método sintético e analítico, principalmente, “[...] ao tipo de estratégia perceptiva em jogo: auditiva para uns e visual para outros, por terem se apoiado em concepções diferentes do funcionamento psicológico do sujeito em diferentes teorias de aprendizagem”.

Para resolver esse problema, houve a necessidade de se juntar os dois métodos criando aquilo que se chamou de Método Misto, que seriam a junção dos pontos positivos de ambos os métodos. Têm como característica marcante o emprego de atividades simultâneas de análise e síntese. Segundo Mortatti (2006, p.8)

Os defensores do método analítico continuaram a utilizá-lo e a propagandear sua eficácia. No entanto, buscando conciliares os dois tipos básicos de métodos de ensino da leitura e escrita (sintéticos e analíticos), em várias tematizações e concretizações das décadas seguintes, passaram-se a utilizar: métodos mistos ou ecléticos (analítico- sintético), considerados mais rápidos e eficientes.

Sabemos que hoje o essencial e priorizar o sistema de escrita alfabético ligado a práticas sociais de linguagem em que ele se expressa. Conforme Moço (2011, p.51), “conhecer os diferentes tipos de textos, suas funções comunicativas e as formas como eles devem ser produzidos é fundamental para que os alunos saibam como interpretá-los e conhecê-lo”.

Estamos repletos de informações sobre como e quais materiais usar para que o aluno consiga compreender o sistema de escrita alfabético; os métodos que partiam ou finalizavam nas sílabas e letras faziam o aluno decorar e treinar a utilização destas em

produção de frases sem sentido até a sua memorização; a teoria da Psicogênese da Língua Escrita de Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1991 p. 24) propõe:

Não faremos pouco do recorte da fala nos seus elementos mínimos (fonema), porém o apresentaremos da maneira: não se trata de ensinar as crianças a fazer uma distinção, mais sim levá-la a se conscientizarem de uma diferença que já sabiam fazer. Em outras palavras: não se trata de transmitir um conhecimento que o sujeito não teria fora desse ato de transmissão, mais sim de fazer-lhe cobrar a de um conhecimento que o sujeito já possui, porém, sem ser consciente de possuí-lo.

É essencial que o professor leve seu aluno a reflexão, pensar e entender a diferença de como e porque a escrita da palavra se processa; apenas assim, a criança irá se alfabetizar e não vai ter medo de escrever conforme seus conhecimentos, como por exemplo, na hora da resolução de um exercício no qual precisará utilizar a escrita para resolver as questões solicitadas.

1.3- ALFABETIZAÇÃO APÓS A TEORIA DA PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA

Na década de 1980, foi à divulgação da teoria construtivista e sócio-interacionista de ensino-aprendizagem, com destaque a divulgação do livro A Psicogênese da Língua Escrita de Emília Ferreiro e Ana Teberosky em 1984, versão em espanhol; que trouxe a concepção de como a criança apropria-se do nosso sistema de representação da escrita. Segundo as autoras, no início da construção da escrita, as crianças tentam responder a duas questões ‘o que a escrita representa?’ ‘E qual a estrutura do modo de representação da escrita?’ Segundo Teberosky e Colomer (2008, p. 67-68)

As crianças que já começaram o processo de compreensão da escrita precisam entender para aprender a ler e a escrever: entender como funcionam o sistema alfabético, entender a relação entre linguagem oral e linguagem escrita, entender quais as são as unidades específicas do texto escrito.

Ferreiro e Teberosky (1986) defendem que antes da criança relacionar a fala à escrita, ela passa por quatro níveis de conceitualização de como se escreve para chegar a relacionar a forma escrita a sua sonorização.

1.3.1- PRÉ- SILÁBICO

Neste nível a criança ainda não entende que o que a escrita registra é a sequências de pedaços sonoros das palavras. Num momento inicial, a criança ao distinguir desenho de escrita começa a produzir rabisco, bolinhas e garatujas que ainda não são letras.

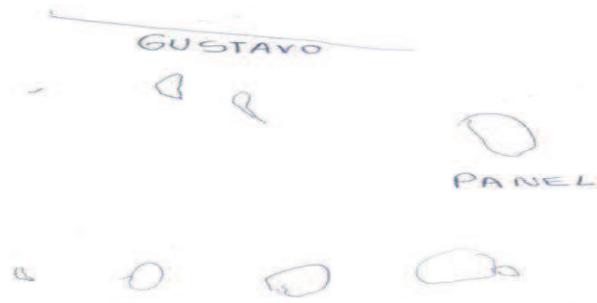


Figura 1: Gustavo – 6 anos – Escrita Pré-Silábica I

À medida que vai observando as palavras ao seu redor, ela passa a usar as letras, mas sem estabelecer relação entre elas e as partes orais da palavra que quer escrever. Nesta etapa da escrita, a criança cria duas hipóteses, a de quantidade mínima e a hipóteses da variedade.

Na hipótese da quantidade mínima a criança pensa que para uma coisa poder ser lida a escrita tem que ter no mínimo três letras.

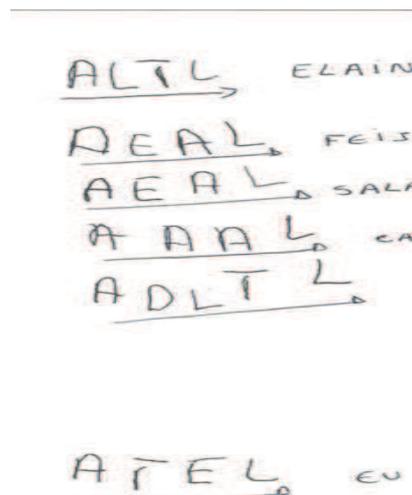


Figura 2: Elaine – 6 anos – Escrita Pré-Silábica II

Na hipótese de variedade, ela acredita que para escrever palavras diferentes precisa usar letras diferentes em posições diferentes.

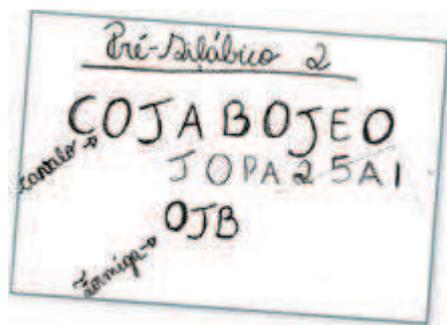


Figura 3: <http://revistaguiafundamental.uol.com.br/professores-atividades/94/imprime252538.asp>

1.3.2- NO PERÍODO SILÁBICO

Nesta fase a criança percebe que o que se escreve tem a ver com o que se pronuncia, o falar as palavras. Neste início a criança não relaciona quantas e qual letras vai colocar para cada palavra, apenas busca adequar, na hora da leitura, as sílabas orais a quantidade de letra que colocou para representar a palavra.

Nesse nível a criança entra em choque quando percebe que sempre escreve com menos letras que a professora e seus colegas alfabetizados.

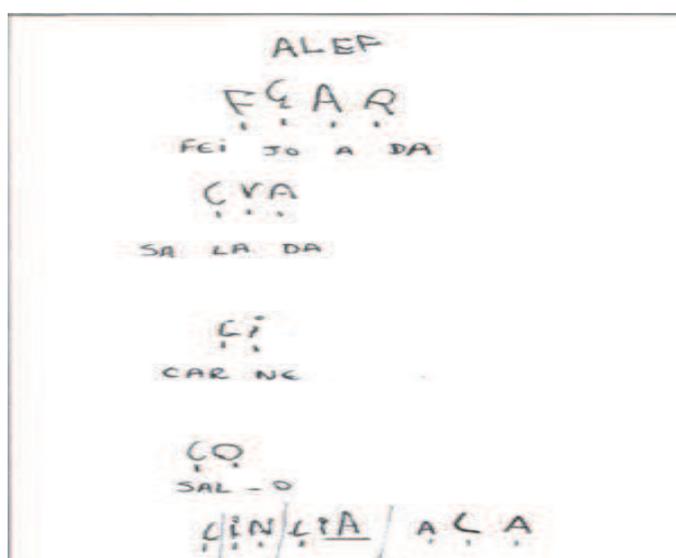


Figura 4: Alef – 7 anos – Escrita Silábica

1.3.3- PERÍODO SILÁBICO - ALFABETICO

Nesta fase a criança passou por um grande avanço, pois ela começa a entender que se escreve no papel os pedaços sonoros das palavras, que para escrever, ela precisa prestar atenção aos sonsinhos no interior das sílabas, fazendo isso elas se preocupam em qual letra colocar, sempre relacionando ao som da sílaba como, por exemplo, para escrever as palavras sopa e bota, a criança usaria as letras O A, porém, entra em contradição quando se depara com outras duas hipóteses que tinha sobre a escrita da palavra, que para escrever palavra diferente precisa usar letras e em ordem diferentes, e que para escrever precisa ter no mínimo três.

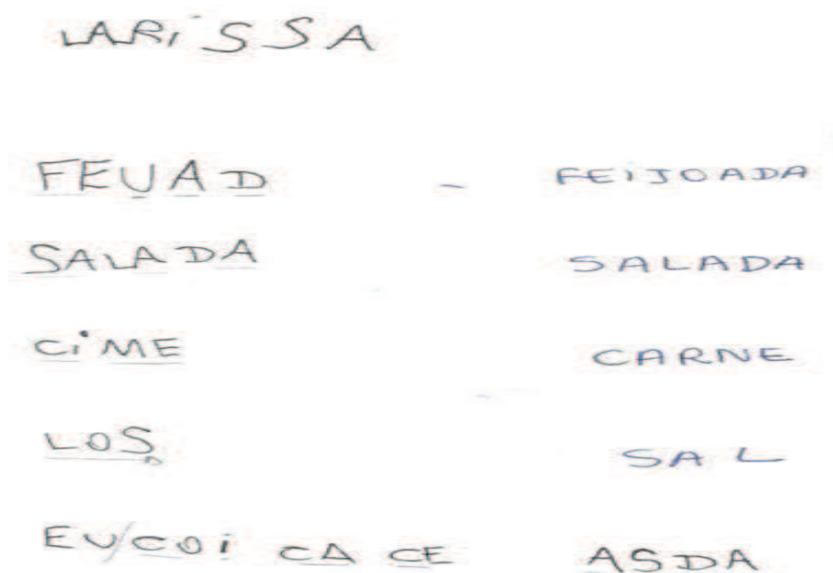


Figura 5: Larissa – 6 anos – Escrita Silábico-Alfabética

1.3.4- PERÍODO ALFABÉTICO

A criança escreve com muito erro gramático, mais já seguindo o princípio de que a escrita nota a pauta sonora das palavras, colocando letras em cada sonzinho que aparece em cada sílaba.

Chegada a esse nível a criança ainda terá um grande caminho pela frente, pois ainda não pensa em fonemas isolados. De acordo com PNAIC (2002, ANO 1, nº 1, p. 16).

Ter alcançado a hipótese alfabética não é sinônimo de estar alfabetizado. Se já compreendeu como o Sistema de Escrita Alfabética funciona a criança tem agora que dominar as convenções som-grafia de nossa língua. Esse é um aprendizado de tipo não conceitual, que vai requerer um ensino sistemático e repetição, de modo a produzir automatismo.



Figura 6: Felipe – 7 anos – Escrita Alfabética

Quando essas fases não são respeitadas, segundo Cagliari (2007, p.31), “se o aluno passar pela escola fazendo esse jogo de pular da fala para a escrita sem saber o que pertence à fala e o que pertence à escrita e porque as coisas são como são; ele terá dificuldades imensas em seguir seus estudos de português”.

A teoria construtivista e interacionista representaram uma verdadeira revolução na área de alfabetização, enfatizando nas palavras de Azevedo, (1994, p. 40)

Significou uma verdadeira ruptura em relação ao modelo que a psicologia associacionista propunha para embasar o processo de ensino-aprendizagem de aquisição da língua escrita. Assim, representou a substituição da representação do alfabetizando como um ser passivo que aprende através de associações viso-áudio-motoras, estimuladas por métodos onipotentes, por outra representação do alfabetizando enquanto ser ativo que pensa e, enquanto tal, constrói hipóteses sobre a escrita em interação com outros sujeitos.

Como contribuição da teórica construtivista, temos na atualidade, um grande repertório de teorias e pesquisas demonstrando que o alfabeto é um sistema notacional, por isso o seu aprendizado é um processo cognitivo complexo, no qual as habilidades perceptivas e motoras não têm um peso fundamental. Segundo PNAIC, (ANO 1, nº 03, p.06) “É em função de tais evidências que precisamos recriar as metodologias de alfabetização, garantindo um ensino sistemático que, através de atividades reflexivas, desafiem o aprendiz a compreender como a escrita alfabética funciona, para poder dominar suas convenções letra-som”.

Assim como a alfabetização de criança ganhou um novo sentido, a alfabetização de jovens e adultos ganhou referências, um dos mais difundidos métodos é o de Paulo Freire. Um dos pressupostos do método é a ideia de que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação, que deve ser um ato coletivo, solidário — um ato de amor —, não pode ser imposta. Porque educar é uma tarefa de trocas entre pessoas e não pode ser feita por um sujeito isolado, não pode ser também o resultado do despejo de quem supõe que possui todo o saber, sobre aquele que, do outro lado, foi obrigado a pensar que não possui nenhum.

O método Dom Bosco, voltado também para educação de jovem e adulto, tem uma filosofia baseado na de Paulo freire.

1.4- O MÉTODO DOM BOSCO

Esse método foi relatado nesta fundamentação teórica porque a professora participante da pesquisa que trabalha com crianças de seis anos se fundamenta metodologicamente por este método, por isso, que para analisarmos sua prática é de fundamental importância o conhecimento deste método.

Segundo Moço (2003), um método assim apareceu em Goiânia, estado de Goiás. Era tão simples que alguns estudantes do 1º e 2º grau do Ateneu Dom Bosco resolveram experimentá-lo. Após trinta e poucas aulas, sessenta ex-analfabetos adultos passaram a ler, escrever e a fazer as quatro operações. O método foi então sistematizado por Tiago de Almeida; Lélío de Barros; Ana Maria Mayrink; Olímpio M. Ferreira.

É considerado um método rápido, eficiente, adaptado aos jovens e adultos e que qualquer pessoa alfabetizada possa aplicar, não tem muitas exigências de preparo técnico, de material didático e de tempo.

O método visa diretamente à alfabetização de jovens e adultos, possível de ser adaptado para a alfabetização de crianças onde se reduziria a quase apenas a uma adequação de linguagem e também à inserção de numerosos jogos e atividades apropriadas, levando em conta o ritmo de aprendizagem das crianças e sua maior disponibilidade de tempo.

No final do processo de educação básica, o aluno deve ser capaz de desenvolver algumas competências, na visão de Santos (2003, P.35)

- Ler e compreender os textos necessários à sua vida social e à sua aprendizagem;
- Comunicar-se oralmente e por escrito, conforme a necessidade de sua vida social e as necessidades de sua aprendizagem profissional;
- Efetuar os cálculos matemáticos necessários à sua vida em sociedade e à sua aprendizagem profissional;
- Utilizar e desenvolver uma visão crítica de si mesmo, de sua família, de sua comunidade e do mundo em que vive;
- Assumir a responsabilidade pelo próprio desenvolvimento pessoal e profissional;
- Participar ativa, eficaz e democraticamente na melhoria da qualidade de da de sua família e de sua comunidade.

Tendo como características principais eficácia e rapidez. A aprendizagem da leitura e da escrita, seguindo esse método, geralmente é alcançada em trinta ou quarenta aulas de duas horas cada uma; às vezes, em tempo bem menor. Na primeira aula o aluno sai lendo a primeira palavra e escrevendo a primeira sílaba. Logo vêm a formação e escrita de palavras e a formação e escrita de frases. Esta rapidez proporciona ao aluno a sensação de progresso e é de grande motivação tanto para ele quanto para o professor. Como são adultos e jovens se não percebessem resultados rápidos e concretos desistiriam.

Este método utiliza parte de palavras-chave que são escolhidas, primeiramente, pelo seu valor fonético, onde é apresentada a partir de seu contexto e é depois lida por inteiro. Em seguida, ela é seccionada escrevendo uma sílaba, geralmente a primeira, que

é considerada a sílaba-chave. Ao todo são trabalhadas 27 palavras-chave, duas em cada aula de aproximadamente duas horas.

Inicialmente as sílabas-chave apresentam apenas a vogal a, preservando-se a correspondência biunívoca (um a um) entre os fonemas e as letras; ou seja, a cada vogal ou consoante falada corresponde apenas uma representação gráfica e vice-versa. Assim, nessa primeira etapa, a língua se apresenta extremamente lógica, simplificando e facilitando a aprendizagem. Juntando-se as primeiras sílabas aprendidas, o aluno descobre o mecanismo básico da formação das palavras e parte para a aventura da construção de novos vocábulos. Ele mesmo vai construindo suas palavras a partir das sílabas-chave. É o momento em que ele descobre que aqueles rabiscos que ele juntou representam uma palavra falada. Segundo Santos (2003, p.37) “O professor, na verdade, não ensina, mas apenas provoca o estalo na cabeça do aluno; ou seja, o professor desperta, dá o primeiro impulso, cria condições para a descoberta e acompanha a aprendizagem.” As vogais a, e, i, o, u são introduzidas depois que o aluno assimilou os mecanismos da formação de palavras e da formação de frases num processo que se manteve lógica através da correspondência entre fonemas e letras.

Para que ocorra a escolha das palavras-chave, leva-se em conta o seu conteúdo ou significado, associada a uma situação ou necessidade concreta dos alfabetizando, tais situações ou necessidades devem ser apresentadas como situações-problema de forma a provocar o diálogo envolvendo alunos e professores, numa atitude horizontal, isto é, no mesmo nível, estimulando a comunicação, a capacidade de escuta, a aceitação mútua, a análise crítica da realidade em que se vive, a criatividade, a participação e a capacidade de trabalho em grupo. Após o estudo das palavras-chave, tal diálogo deve continuar, com base, principalmente, na leitura de suportes que trazem texto que circulam na sociedade.

Na sua escolha leva-se em conta também o seu valor figurativo, a grafia de cada sílaba-chave nasce de um desenho gerador, de forma quase natural e mesmo lúdica. O desenho, que é uma imagem ou representação icônica de uma coisa concreta ajuda o aluno a perceber a palavra escrita, além de representar a palavra falada representa também, de forma convencional e não icônica, uma coisa concreta ou uma idéia. Desenhando, o aluno já começa a aprendizagem da escrita e também fixa a aprendizagem, pois o processo é de intensa memorização. Além do mais, conforme Santos (2003, p.38)

O desenho exercita a discriminação visual e a coordenação motora e também descontra o aluno, conferindo-lhe segurança e ajudando-o a vencer a timidez, o nervosismo e o sentimento de incapacidade. Essa autoconfiança é fator imprescindível para a eficiência da aprendizagem. (SANTOS 2003, p.38)

1.4.1- ESPECIFICIDADE DO MÉTODO

O Método Dom Bosco baseia-se na associação de sílabas, porém não de uma sílaba isolada, como por exemplo, de um *pa* solto no espaço, mas parte de um *pa* sendo a primeira sílaba da palavra *panela*. Antes é apresentada a palavra *panela* dentro do contexto do adulto, tanto em conversa como em gravura e por escrito para em seguida o aluno lê, lendo várias vezes a palavra inteira - *panela* - ele descobre que ela é composta de três sílabas, só depois é que a palavra é seccionada.

O papel do professor neste método e mais do que ensinar, é provocar o aluno e criar condições para que ele participe ativamente e faça ele mesmo suas descobertas, tanto no diálogo sobre sua situação, como na formação de palavras e frases e também no estudo da Matemática.

O método abrange também as quatro operações matemáticas fundamentais e algumas noções práticas sobre medidas, dinheiro etc. porém não tem características próprias, mas apresenta orientações didáticas bem definidas, preocupando-se especialmente em que o ensino não se reduza à mera transmissão de automatismos e de conceitos prontos, mas leve o aluno, tanto quanto possível, a redescobrir os conceitos e os mecanismos

O método mantém-se num nível básico e não enfoca maiores noções de gramática, frações, geografia, etc. Muitas dessas noções o adulto já aprendeu na prática ou por meio dos meios de comunicação social. Aliás, a alfabetização abre para o aluno uma ampla via de comunicação direta com todo um universo de conhecimento.

1.4.2-O MATERIAL DIDÁTICO

O método exige pouco equipamento e material didático. Para o aluno, bastam os cadernos, lápis, borracha e, se possível, régua e apontador; para a classe, giz e quadro-de-giz (ou pincel atômico e folhas grandes de papel). O método dispensa mesmo a cartilha. E, logo de início, já parte para a leitura de manchetes e, depois, de anúncios e textos de jornais e revistas. Para o professor, existe o presente conteúdo disponibilizado em forma de manual e o conjunto de 27 cartazes impressos que são utilizados para a conversação, cada um contendo uma palavra-chave e uma figura que lhe corresponda.

Também tem outro conjunto de 27 cartazes deve ser elaborado pelo próprio professor, cada cartaz contendo um desenho gerador e a correspondente sílaba-chave. Ele deve também confeccionar uma série de outros materiais (como flanelógrafo, quadro valor-de-lugar e ábaco para Matemática). O professor poderá usar outros subsídios didáticos disponíveis no mercado, desde que em consonância com as características do método. Muito desejável seria, por exemplo, se existissem numerosas publicações com vocabulário a altura dos recém-alfabetizados, abordando temas de interesse real para a vida concreta dos adultos: higiene, educação dos filhos, economia doméstica, drogas, plantas medicinais, manuais das diferentes profissões etc.

II- O PAPEL DO PROFESSOR ALFABETIZADOR

Depois de tanto procurar a resposta para o fracasso da alfabetização na criança, os olhares se voltaram para o professor, conforme Pinto (1994, p.93)

Implícita está esta afirmação: enorme contingente de crianças não se alfabetizam em um ano por que os alfabetizadores não são qualificados. É preciso por tanto, capacitá-los, reciclá-los expô-los as mais recentes teorias sobre a leitura e desenvolvimento cognitivo.

O professor ganhou o cenário por estar mais próximo do aluno, consegue diagnosticar a sua necessidade e, por tanto, precisa saber o que é preciso para que todos avancem em sua aprendizagem. A escola precisa apoiar o professor.

O professor deve saber como a criança constrói seu conhecimento, saber que para se alfabetizar ela precisa refletir sobre a construção do sistema escrita alfabético. A escola precisa dar condições materiais, e suporte de profissionais que auxiliem o professor nas horas de maiores dificuldades. Porém, o professor hoje não é mais o único responsável pela alfabetização dos alunos, mais continua tendo um papel essencial neste processo, segundo Moll, (2009 p.50). “O professor pode desempenha um papel de facilitador que, colocando a disposição o material de leitura e escrita, não intervém no ritmo de aprendizagem dos alunos”. Pode também agir ao contrario, continuando a tratar como se todos tivessem o mesmo nível de conhecimento, sendo o professor a única fonte de saber que deposita todo o conhecimento no aluno, conforme Moll (2009, p.86) “O professor ‘funciona’ como o que monopolizando o saber, o repassa a partir de uma ordem curricular, independente do contexto sociocultural do aluno e de sua lógica de aprendizagem”.

Sabemos que nas salas de aulas das escolas públicas há uma grande concentração de alunos e, portanto, o professor tem muitas dificuldades de atender as necessidades individuais, por isso que é importante o planejamento das aulas, abordando metodologias que proporcione uma melhor interação entre os alunos, para que um aluno auxilie o outro em suas aprendizagens. Como nos informa Micotti (2009, p.39)

“Para que as interações com a escrita seja bem-sucedidas, a criança precisa contar com a ajuda dos pares, do trabalho organizado pela professora e consultas aos recursos disponíveis, por exemplo, dicionários, escritos reais que se encontram na sala de aula, fichas, ferramentas, anteriormente

construídas pelos alunos que ajudam a efetuar as atividades” (MICOTTI 2009, p. 39)

Para realizar um trabalho de qualidade, o professor alfabetizador precisa desenvolver algumas práticas essenciais para uma alfabetização efetiva. Entre as atividades que o professor deve realizar ao começar o ano letivo é o de avaliar o nível de leitura e escrita em que chega seu aluno, para partir dessas informações, preparar a intervenção mais adequada para seu aluno. Realizar atividades que os levem a refletir sobre as relações grafo - fônicas e as peculiaridades da nossa escrita; porém a alfabetização não consiste apenas em ensinar a ler e escrever, entre as atividades que poderá ajudar nesse processo, destacaremos duas realizar projetos e sequências didáticas.

“É preciso insistir que tudo quanto fazemos em aula, por menor que seja, incide em maior ou menor grau na formação de nossos alunos. A maneira de organizar a aula, o tipo de incentivos, as expectativas que depositamos, os materiais que utilizamos, cada um destas decisões veicula determinadas experiências educativas, e é possível que nem sempre esteja em consonância com o pensamento que temos a respeito do sentido e do papel que hoje em dia tem a educação.” (ZABALA 2010, P.29)

2.1- REALIZAR PROJETOS DIDÁTICOS

Trabalhar com projetos didáticos significa envolver os alunos em uma pesquisa que incluem prática da leitura e escrita de textos reais para destinatários reais com integração entre diversas áreas de conhecimento, no qual, o tema tenha partido do interesse dos alunos, ou que a professora tenha instigado o seu interesse a trabalhar tal tema a partir da necessidade de se trabalhar. Também possui características de organização que auxiliam o professor do 1º ano no atendimento às necessidades das crianças de seis anos de idade, em sua conclusão temos o desfecho da pesquisa, como um produto final concreto, por exemplo, um livro. Geralmente o tema de um projeto parte da necessidade dos alunos, no qual o professor terá que envolver os alunos na pesquisa. Antes de se começar, a professora terá que pensar previamente em todas as etapas e propor para os alunos, que poderão, com o auxílio da professora, modificar algo pensado para as etapas, porque não se pode começar um projeto sem saber por onde e quando finalizar, tendo em vista um objetivo final. Conforme PNAIC (2002),

Os projetos aprofundam conteúdos de estudo que começam com uma ideia e são desenvolvidos durante um período, envolvendo situações concretas que levam a reflexões resultantes destas. Nessa perspectiva, considera-se que um bom projeto é aquele que possibilita às crianças interagirem entre elas, discutindo, decidindo, dialogando, resolvendo conflitos e estabelecendo regras e metas. (PNAIC, 2002, Ano 1 N°. 06 pág. 13)

Um projeto precisa ser interdisciplinar para poder ter sentido a pesquisa, pois os assuntos das diversas disciplinas andam interligados, e é mais fácil aprenderem e entenderem de forma contextualizada. Seu objeto final precisa ser algo que a criança tenha construído, nem que seja um aprofundamento em determinado assunto, onde ela possa ver a utilidade no seu dia a dia; mais para mim, o mais interessante é ter um produto final, algo construído, como por exemplo, um livro, ou a gravação de um cd. A avaliação tem que ocorrer durante o processo de pesquisa, para se saber como vai caminhando a pesquisa, para poder, por exemplo, mudar alguma etapa, e também a avaliação do produto final, para ver se atendeu as expectativas de todos que construíram o projeto. A sua duração vai depender do objetivo proposto, e como ele vai ser constituído.

2.2- TRABALHAR COM SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS

As sequências didáticas não têm necessariamente um produto final, embora possamos estabelecer, com as crianças produtos a serem criados ao final dos trabalhos, ou mesmo produtos no decorrer das aulas. É importante que as crianças se engajem em situações, sabendo que vão produzir algo a ser socializado com interlocutores variados.

A sequência didática consiste em um procedimento de ensino, em que um conteúdo específico é focalizado em passos ou etapas encadeadas, tornando mais eficiente o processo de aprendizagem. Ao mesmo tempo, a sequência didática permite o estudo nas várias áreas de conhecimento do ensino, de forma interdisciplinar.

Para que o aluno consiga ler e escrever, ele precisa entender o nosso sistema de escrita alfabética e para que isso aconteça o professor precisa desenvolver atividades que levem os alunos a refletir, conforme Albuquerque, (2007, P.20)

Para um trabalho sistemático de reflexão sobre o sistema de escrita alfabético é preciso o desenvolvimento de um ensino no nível da palavra, que leve o aluno a perceber que o que a escrita representa é sua pauta sonora, e não o seu significado, e que o faz através da relação fonema/grafema. Assim, é imprescindível que, diariamente, em turmas de alfabetização em que os alunos estão se apropriando do sistema de escrita, a professora realize atividades com palavras que envolvam, entre outras coisas, uma reflexão sobre suas propriedades: quantidade de letras e sílabas, ordem e posição das letras; essas atividades de reflexão sobre as palavras podem estar inseridas na leitura e na produção de textos, uma vez que são muitos os gêneros que favorecem esse trabalho, como os poemas, as parlendas, as cantigas, etc. Por outro lado, o trabalho com palavras estáveis, como os nomes dos alunos, é fundamental, principalmente no início da alfabetização. (ALBUQUERQUE 2007, PAG 20)

Considerando a importância de o professor partir do que o aluno já conhece, isto é, a partir de seus esquemas de conhecimento, Antunes (2003), nos diz que ele precisa trabalhar em cima desses esquemas de conhecimentos que os alunos possuem, segundo ZABALA (2010 p. 37), “esses esquemas se definem como as representações que uma pessoa possui, num momento dado de sua existência, sobre algum objeto de conhecimento”.

Quando falamos em esquemas de conhecimento, Vygostky via Teberosky (2008), nos enfatiza a importância do professor atuar nesses esquemas que o aluno traz formando uma ZDP – Zona de Desenvolvimento Proximal.

Vygostky postula dois níveis: o nível de desenvolvimento real, digamos que é o que a criança já sabe sobre um determinado assunto, realizando com autonomia uma atividade que tenha relacionada a este, e o seu nível de desenvolvimento potencial ou proximal, seria a capacidade da criança em realizar uma atividade apenas com a colaboração do professor ou um colega, e a Zona de Desenvolvimento Potencial é a distância entre o nível real e o proximal.

Quando o professor atua na ZDP, ela logo se torna um nível de desenvolvimento real, deixando claro que o desenvolvimento do aluno ocorre com o ensino.

Zabala (2010) completa:

Para que esse processo se desencadeie, não basta que os alunos se encontrem frente a conteúdos para aprender, é necessário que diante destes possam atualizar seus esquemas de conhecimento, compará-los com o que é novo, identificar semelhanças e diferenças e integrá-las em seus esquemas de conhecimento, comprovar que o resultado tem certa coerência etc. Quando acontece tudo isso- ou na medida em que acontece- podemos dizer que está acontecendo uma aprendizagem significativa dos conteúdos apresentados.

Na perspectiva construtivista, o ensino da leitura e da escrita parte do que a criança traz; sua zona de desenvolvimento real, por ser um ser social sendo influenciado pelo seu meio, já chegando à escola com conhecimento de como se lê e se escreve.

Para garantir uma aprendizagem significativa e real, o professor pode atuar na Zona de Desenvolvimento Potencial da criança além de dar condições para que novas ZDP sejam criadas. Zabala (2010, p.38), confirma quando diz “concebe-se a intervenção pedagógica como uma ajuda adaptada ao processo de construção do aluno; uma intervenção que vai criando Zonas de Desenvolvimento Proximal (Vygotsky, 1979) e que ajuda os alunos a percorrê-la”.

É de extrema importância o professor trate seus alunos como seres participantes e atuantes em sua própria aprendizagem é uma relação horizontal de tratamento onde o professor respeita o seu aluno que o corresponde. Segundo Moll (2009, p.134), essa “horizontalidade instaurada nos relacionamentos estabelecido em sala de aula erradica os famosos ‘problemas de comportamento’, tão comuns no cotidiano da escola. Os problemas, quando existem, são resolvidos em sala de aula”.

O professor tem um importante papel no desenvolvimento do aluno, é ele o responsável principal pela aprendizagem o ou não do aluno, conforme Garcia (1998 p. 141)

[...] quando a professora acredita em seu aluno e reconhece nos resultados que ele apresenta elementos significativos de seu processo de construção de conhecimentos, formula questões ou atividades acreditando em sua capacidade de solucioná-las. Quanto mais a professora perceber que a criança é capaz, mais subsídios lhe fornecerá. O oposto ocorre quando a professora tem uma expectativa negativa em relação a seu aluno; lhe formula questões muito simplificada, não estando atenta à sua possibilidade de compreensão da proposta, uma vez que não espera que a criança seja capaz de uma resposta adequada; reduz a quantidade e qualidade de informações dadas, oferecendo-lhe menores condições de aprendizagem e desenvolvimento.

2.3- A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR COMO ESCRIBA NA SALA DE AULA

Quando o professor escreve para as crianças analisarem a forma de escrever, principalmente se for uma atividade interativa no qual as crianças participem ditando, elas vão relacionando à fala a escrita, ajustando o que já foi dito ao que já foi escrito, aprendendo que, dependendo do objetivo da escrita, que existem normas para a escrita,

como adequar a escrita às convenções do gênero que se pretende escrever. Por exemplo, vai aprender que a escrita da estrutura de uma carta é diferente de uma receita.

O aluno aprenderá algumas características básicas da escrita, como considerar um autor ausente que irá receber a mensagem, que precisará está clara, utilizar expressões normativas da linguagem culta, que não se escreve da mesma maneira e ordem que falamos, principalmente utilizando gírias.

O aluno se torna autor de seu texto, vai refletir sobre quais e quantas letras usar, onde e quando, além de colocar em prática conhecimentos adquiridos sobre as estruturas do texto.

Segundo Teberosky e Colomer (2008, p. 123)

Desempenhado o papel de escriba, o professor ajuda a criança a diferenciar entre dizer e dizer para ser escrito, a controlar a extensão da emissão dada e repetir de forma literal, a recuperar a ordem sequencial da emissão, a diferenciar o que 'já está escrito' e o que ainda não está escrito', em fim ajustar o oral ao escrito. (TEBEROSKY E COLOMER, 2008, p.123)

2.4- A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR COMO LEITOR NA SALA DE AULA

O professor precisa ler de modo a garantir que as crianças interajam com a leitura, não importando o gênero, pois a leitura do professor auxilia os alunos a diferenciar a leitura dos gêneros, por exemplo, a leitura de um bilhete aos pais é diferente da leitura de um rima, de uma notícia, de uma história com diálogo entre os personagens.

Conforme Teberosky e Colomer (2008, P. 127), “interagir com textos escritos, através da mediação do adulto que lê em voz alta e um processo de aprendizagem novo para a criança e adentrar-se em território desconhecido para explorar as novas formas de linguagem”.

As crianças interagem olhando para as imagens, memorizando a história e repetindo o modo no qual a professora leu, respondendo a indagações e interiorizando aspectos linguísticos do discurso. Ao ser modelo de leitor para as crianças, o professor ensina a gostar de ler.

As leituras em voz alta para as crianças pequenas, nas quais elas escutam, olham, perguntam e respondem, são meios para que entendam as funções e a estrutura da linguagem escrita, e podem vir a ser, também, uma ponte entre a linguagem oral e linguagem escrita [...] ela facilitam o conhecimento das funções da escrita ao mesmo tempo que favorecem a aprendizagem das

convenções e dos conceitos relativos ao material impresso, e também atuam sobre as motivações para aprender a ler e escrever. (TEBEROSKY E COLOMER, 2008, p.20 e 21)

III- CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

3.1- A ESCOLA

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Helena José Porto, na cidade de Montadas, localizada na Rua João Veríssimo de Souza, centro, foi construída no ano de 1989, na administração do prefeito Inácio Porto e instalada em 1990, tendo capacidade para 360 alunos, esta escola recebeu as crianças que estudavam no PRÉ-ESCOLAR “Gedilânia Alves de Souza” que já abrigava as crianças que estudavam no núcleo infantil “PEQUENO PRÍNCIPE” que não tinha sede fixa que foi fundada em 1979 que era mantida pela Prefeitura Municipal com convênio com o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL. Única escola da zona urbana que este ano acomoda o ensino infantil e primeira fase do ensino fundamental, de 1º a 3º ano. Ela teve sua última reforma em 2012, onde houve ampliação das salas de aulas, que passaram de quatro para sete, e a construção de uma sala destinada à videoteca. Contém 7 salas de aulas amplas, uma sala de recurso com televisão, som, dvd, mesas e carteiras, jogos, livros literários, uma cozinha e quatro banheiros, sendo dois feminino e dois masculino, todas as repartições contém o teto de PVC, as janelas com grades; a escola e toda murada e 90% calçada, tendo um espaço destinado ao campo de futebol. Estudaram 310 crianças, no turno da manhã funciona um pré -I, um pré- II, dois 1º ano, dois 2º ano e um 3º ano; no turno da tarde funcionam dois pré -I, dois pré- II, um 1º ano, um 2º ano e um 3º ano. Muitos alunos vêm para escola dos sítios circunvizinhos onde são transportados de ônibus de suas residências até a escola pesquisada. Todos os professores são mulheres. A escola conta com 14 professores, 08 auxiliares, 02 merendeiras. Na secretaria existem: uma diretora, uma vice- diretora, duas secretarias e dois inspetores.

3.2- SALA DE AULA;

A turma que foi realizada a pesquisa é de primeiro ano, composta por 22 alunos. A turma ingressou com a faixa etária de 6 anos, todos passaram pela pré-escola.

3.3- A PROFESSORA

A professora é graduada em pedagogia, pela Universidade Estadual Vale do Aracá (UVA), lecionando o 1º ANO tanto em Montadas como em Lagoa de Roça, sua cidade de origem. Passou no concurso público da cidade e há três anos que se dedica ao 1º ANO.

3.4- O TRABALHO DESENVOLVIDO

Realizamos uma pesquisa qualitativa na turma de 1º ano do ensino fundamental na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Helena José Porto, onde primeiramente fizemos uma pesquisa bibliográfica para nós subsidiar teoricamente sobre a alfabetização em seu contexto geral dando prioridade as relações que envolvem o processo de alfabetização, depois houve o momento de observação da prática da professora como sua metodologia utilizada, suas dificuldades, a interação aluno/professora, as atividades, materiais propostos, plano bimestral referente ao último bimestre, os planos de aula utilizada nas seis últimas quartas e sextas-feiras do mês de Novembro a Dezembro de 2013, para termos uma noção prévia de como ela pensa suas aulas e no último dia de observação foi aplicado um questionário que tinha um intuito de averiguar a concepção da professora sobre alfabetização. A opinião da professora foi coletada através de um questionário com dez perguntas abertas, na qual foram abordados pontos como: sua formação profissional, o tempo em que é professora de alfabetização, qual é a sua visão de como acontece a aprendizagem da leitura, e a construção da escrita, e qual seu papel nesse processo, a da família e do próprio aluno.

Quais seriam as suas maiores dificuldades, visto que o processo de alfabetização, apenas inicia-se no 1º ano, sendo contínuo pelo resto da vida, sendo este primeiro ano o mais importante, pois é aí que se irá adquirir a linguagem escrita e a decifração do código escrito com a leitura, tendo em mente que a criança, principalmente as que têm contato com leitura e escrita em casa, já chega à escola cheia de ideias sobre a escrita e a leitura.

Para finalizarmos ao nosso trabalho, fizemos a análise e a interpretação dos dados observados e a coletados durante a pesquisa e apresentamos neste trabalho acadêmico para melhor compreendermos o papel do professor alfabetizador.

IV- APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo iremos apresentar uma análise das informações coletadas através do questionário e entrevista com uma professora e seus alunos no final do último bimestre do ano letivo de 2013 da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Helena José Porto na zona urbana da cidade de Montadas- PB

Deste modo fizemos uma observação da prática da professora, analisando sua metodologia, suas atividades, sua interação com os alunos, as atividades propostas e depois aplicamos um questionário abordando questões que nos iria trazer a sua concepção de alfabetização, que base teórica se embasava, para entendermos sua prática.

Neste sentido iremos discutir a relação teoria e prática existente no processo educativo.

4.1- A CONCEPÇÃO DA PROFESSORA SOBRE A ALFABETIZAÇÃO

Na aplicação do questionário com a professora pesquisada perguntamos: **Que concepção você possui sobre alfabetização?**

Ela nos respondeu: *“E um processo de desenvolvimento de leitura e escrita”*.

Na sua concepção o 1º ANO é o início do processo de aquisição da escrita e leitura. A sua resposta se confirma com sua prática, onde o mais importante é o aluno aprender a codificar e decodificar palavras e orações atribuindo-lhes sentido, comprovado em suas aulas, onde a prioridade era a produção e leituras de pequenas orações, geralmente solicitadas através de formação de frases com palavras chaves. A prioridade da professora foi desenvolver o sistema notacional de escrita, ficando a cargo dos próximos anos uma alfabetização efetiva. Segundo Moraes (2005, p.29) *“alfabetizar-se não é só saber codificar e decodificar”, isto é, que o indivíduo precisa dispor de um mínimo de conhecimentos letrados para atuar como sujeito alfabetizado*”. Não foi percebida, em nenhum momento, a prática de letramento, a utilização da leitura e da escrita para situações reais. Os textos usados tinham apenas finalidade escola.

Quando perguntei se ela: **Você se sente preparada para atuar em classes de alfabetização?**

Ela me respondeu que *“Na verdade a nossa capacidade de alfabetizar adquirimos a cada nova experiência e desafios que encontramos nas salas que passamos”*.

É a experiência que nos faz ganhar confiança e refletirmos sobre o que não está dando certo em nossos planejamentos e concertar para que erros cometidos não voltem a acontecer, é essa também a visão da professora em sua turma, acrescentaria que ela consegue ter essa reflexão por ter conhecimentos teóricos que lhe embasa em suas mudanças. Conforme nos revela Leal 2005, que para exercermos nossas funções de professores (as) alfabetizadores (as), é preciso que tenhamos muitos tipos de saber:

- (1) o que é alfabetização, articulando tal conceito ao de letramento, para garantirmos, de fato, a formação de alunos leitores e produtores de diferentes espécies de textos;
- (2) o que é esse objeto de ensino, a escrita alfabética, além de compreendermos o que é texto, gênero textual e termos concepção clara sobre os princípios gerais que adotamos nos processos de ensino e de aprendizagem;
- (3) quais são as hipóteses que os alunos elaboram e, conseqüentemente, o que sabem e não sabem ainda sobre a escrita alfabética, sabendo diagnosticar com clareza o grau de conhecimento que possuem sobre o sistema, além de conhecermos o grau de letramento¹ desses alunos e os tipos de evento de letramento de que fazem parte;
- (4) os percursos que fazem na apropriação desse sistema e as estratégias de aprendizagem que utilizam, articulando a aprendizagem do sistema às aprendizagens gerais sobre o funcionamento da língua e sobre os textos;
- (5) os tipos de intervenção didática que são utilizados para ajudá-los a percorrer esses caminhos, assim como as conseqüências dessas diferentes intervenções pedagógicas; entre outros.

Porém, a nossa realidade são professores recém- formados colocados em salas de alfabetização com poucos conhecimentos sobre como acontece esse processo, aprimorando-se a cada ano que se passa, através da reflexão das experiências vivencias. Micott (2009 p. 69) concorda com a professora:

As professoras acentuam que no início de suas experiências no magistério, após um período inicial de reprodução de praticas alheias, modificam o seu modo de ensinar, Os resultados da pesquisa mostra que as mencionadas mudanças variam com a complexidade das reflexões feitas pela professora sobre o ensino na quais interveem: o efeito da pratica junto aos alunos; o estabelecimento de relação do aprendizado das crianças com o seu trabalho; a

consciência dos limites das próprias praticas e a busca de aportes teóricos para desenvolvê-la.

Quando foi perguntado: **Como você entende por processo de alfabetização?**

Ela nos respondeu que *“É a apropriação da leitura e escrita”*.

Foi analisado nas observações que a prioridade da professora era deixar seus alunos codificando e decodificando com apreensão de sentido de palavras e textos curtos coma frases, mais onde e quando usar essas habilidades adquiridas são respostas que ficarão a cargo dos professores nos anos subseqüente; são eles quem terão a incumbência de inserir a escrita e a leitura como prática de letramento, necessárias para o aluno se tornar alfabético proficiente.

Quando perguntei: **A falta de apoio pedagógico prejudica a prática docente?**

Ela nos respondeu que *“Sim, pois o apoio pedagógico nos dá subsidio para a melhoria do ensino”*.

Esse apoio pedagógico e fundamental, por que o professor sozinho não consegue alfabetizar todos os alunos de forma eficaz sem um apoio da escola, e apenas funciona se o professor sentir a necessidade de pedir ajuda, se ele ficar em um pedestal pensando que já sabe de tudo, nenhum conselho irá mudar a sua prática. A formação continuada e fundamental e essencial para uma melhoria na qualidade da pratica do professor, conforme Pinto (1994, p.94)

Supor que o virtuosismo de um professor bem-formado dará conta de alfabetizar classes de quarenta crianças, sozinho, é absurdo, contraria todas as análises psicopedagógicas, contraria o texto original da LDB, que entende ‘qualidade de como algo que se mede também em termos quantitativos: não menos de quatro horas de aulas por dia não mais de vinte e cinco crianças em turmas de alfabetização, não mais de cinquenta por cento do tempo do trabalho do professor dentro de sala de aula etc. Isto sem mencionar a exigência de infraestrutura escolar, basicamente laboratório é biblioteca, dos quais esta ultima e equipamento indispensável a qualquer tentativa seria de alfabetizar.

4.2- PLANEJAMENTO DAS AULAS

Ao perguntar a professora entrevistada: **De que maneira você começa a alfabetizar as crianças no início do ano letivo?**

Ela respondeu que *“Após fazer um diagnóstico para identificar o nível de escrita de cada criança, começo a apresentação das letras/sílabas a partir de diversos tipos de textos”*.

O que demonstra que não usa o seu diagnóstico para auxiliar na preparação de suas aulas, pois parte da concepção que todos são iguais e começa a trabalhar com as letras e suas sílabas sem levar em conta o nível que seus alunos se encontram, pois, como a maioria que chega ao 1º ano desta escola já tem passado pela pré – escola, há mínimo dois anos, muitos alunos já chegam à aula sabendo decoradas todas as letras alfabéticas e até mesmo as famílias silábicas. O que se observou durante as aulas é que a professora conseguiu que vinte dos seus vinte e dois alunos se alfabetizassem, um aluno terminou o ano conhecendo algumas letrinhas e outro conhecendo as sílabas decodificando sem relacionar o sentido nas letras para formar uma palavra. Durante as observações em sala de aula, não foi verificada nenhuma atividade que ajudasse esses alunos a superar suas dificuldades, ficando a cargo do próximo professor auxiliá-los para que eles se alfabetizem.

O ideal seria que o professor utilizasse de seus diagnósticos e desenvolvesse um trabalho em cima das necessidades de cada um, conforme PNAIC (2012 Unid. 07 p. 07 e 08)

A diversificação se faz necessária porque as crianças têm necessidades diferentes. Em uma mesma turma, podemos ter uma criança que ainda não percebeu que para escrever é preciso usar letras e não as conhece; e outra criança que compreende o funcionamento do sistema de escrita lê e escreve com autonomia. Nesse contínuo, há graus bastante variados de conhecimento. Desse modo, mesmo sabendo que há atividades que são comuns, mas promovem aprendizagens distintas, é preciso pensar que algumas atividades específicas para atender às necessidades particulares das crianças podem favorecer muito a apropriação dos conhecimentos.

Quando indagada: **Como registra os avanços e as dificuldades dos alunos?**

Sua resposta foi que *“Através de diagnóstico e relatórios individuais”*. Porém como se foi observado não utilizou desses dados para que todos os seus alunos terminassem o ano letivo, alfabetizados. Zabala (1998, P. 216) também reforça esse conceito.

Nos professores e professoras, temos que dispor de todos os dados que nos permitam conhecer em todo momento que atividades cada aluno necessita para sua formação. Os dados devem se referir ao processo seguido pelo aluno: no começo, durante e ao finalizá-lo e deverão permitir determinar que necessidades tem e, portanto, que medidas educativas temos que lhes oferecer.

Intrigada com a situação de dois alunos que estavam muito aquém dos colegas, perguntei a professora: **Para você, por que muitas crianças não aprendem a ler e a escrever?**

Sua resposta foi *“Uma das grandes dificuldades que encontro em ensinar ler e escrever é os problemas de aprendizagem apresentadas por algumas crianças, e especialmente aquelas que não memorizam letras e som de sílabas com facilidade”*.

Fica claro que na concepção da professora Zabala nos diz:

As aprendizagens dependem das características singulares de cada um dos aprendizes; correspondem, em grande parte às experiências que cada um viveu desde o nascimento, a forma como se aprende e o ritmo da aprendizagem variam segundo a as capacidades, motivações e interesses dos meninos e meninas (...).Deles decorre um enfoque pedagógico que deve observar a atenção à diversidade dos alunos como eixo estruturado.” (ZABALA 1998, P34)

Para a criança se alfabetizar ela precisa refletir, sobre sistema de escrita alfabética, quem decora esquece, quem aprende leva por toda vida.

Conforme Smolka,

“O problema, então, é que a alfabetização não implica, obviamente, apenas na aprendizagem da escrita de letras, palavras e orações. Nem tão pouco envolve apenas uma relação da criança com a escrita. A alfabetização implica, desde a sua gênese, a constituição do sentido. Desse modo, implica, mais profundamente, de uma forma de interação com o outro pelo trabalho de escritura- para quem escrevo o que escrevo e por quê?” (SMOLKA 2008, P.69)

Porém, se outras dificuldades aparecem junto do problema da dificuldade de se apropriar das letras do alfabeto e de seu som, e necessário que o professor procure ajuda especializada para saber a melhor forma de fazer esse aluno avançar.

4.3- MATERIAIS E MÉTODOS DE ENSINO

Durante as observações e a partir das respostas da entrevista, pude observar que os únicos materiais didáticos utilizados nas aulas foram livro didático, caderno, lápis e borracha, quadro branco e piloto, a leitura de livros literários e realizado esporadicamente, assim como a utilização de outros suportes, como rótulos que a professora juntou durante todo o período de observação mais nenhuma atividades fora realizada.

Mesmo a escola possuindo recursos como jogos didáticos, tv, dvd, som e uma pequena biblioteca, as atividades realizadas usando esses recursos também são esporádicas e sem fim pedagógicos, apenas para deleite e entretenimento.

Como afirma Braggio (1992, P. 63)

O papel do professor é o de facilitador, guia, monitor da aprendizagem. Quanto aos materiais, sugere Goodman, eles devem estar ligados ao mundo real, incluído na comunidade, com textos úteis, interessantes e relevantes para os aprendizes. As salas devem ser organizadas de forma a facilitar a interação entre os alunos, onde a aprendizagem seja relevante para cada um deles. A avaliação deve ser feita com relação ao próprio aluno, sem preocupação com recompensas e punições, mas sim com vistas a perceber onde os aprendizes estão, a fim de que os professores possam da sua necessidade facilitar a sua aprendizagem. (BRAGGIO 1992, P. 63)

O principal recurso utilizado pela professora, o livro didático denominado Porta Aberta, na qual traz uma orientação metodológica construtivista, onde o aluno interage, na construção do conhecimento, a professora aborda todos os capítulos de forma a seguir uma sequência da gramática. O novo assunto sempre é introduzindo com um texto da literatura infantil como poema, parlenda, música infantil.

Foi perguntada a professora: **Você segue um método de alfabetização? Qual?**

Ela respondeu: “*Sim, método Dom Bosco*”.

Apesar de ela ter dado esta resposta, pouco encontramos do método em suas aulas, pois conforme Itamar Diogo dos Santos, O método Dom Bosco, voltado para a alfabetização de jovens e adultos, utiliza textos reais, que circulas no meio onde os alunos estão inseridos, fato não presenciado nas aulas da professora. O método não avança na gramática, situação presenciada nas aulas, pois os alunos já sendo considerados alfabetizados estavam aprendendo algumas regras básicas de ortografia. E

principalmente, no método Dom Bosco, segundo Santos (2003, p.35), no final do processo de educação básica, o aluno deve ser capaz de:

- ler e compreender os textos necessários à sua vida social e à sua aprendizagem;
- comunicar-se oralmente e por escrito, conforme a necessidade de sua vida social e as necessidades de sua aprendizagem profissional;
- efetuar os cálculos matemáticos necessários à sua vida em sociedade e à sua aprendizagem profissional;
- utilizar e desenvolver uma visão crítica de si mesmo, de sua família, de sua comunidade e do mundo em que vive;
- assumir a responsabilidade pelo próprio desenvolvimento pessoal e profissional;
- participar ativa, eficaz e democraticamente na melhoria da qualidade de vida de sua família e de sua comunidade.

Objetivos não presenciados nas aulas observadas da professora, pois a preocupação era a produção de frases e sua leitura. Além das atividades nos livros didáticos, onde existiam alguns textos escolares para leitura.

Ao se perguntar a professora pesquisada **qual a importância do ato de ler e escrever na vida de uma criança?**

Ela nos respondeu: *“A grande importância de saber ler e escrever é inserir a criança nas diversas práticas sociais que exigem leitura e escrita”*.

A professora sabe o quanto as crianças são ansiosas para aprender a ler e escrever, para entender melhor o que se passa ao seu redor, entender o que está escrito nos lugares, e poder dar sua contribuição a partir da escrita. E para que isso aconteça, o professor precisa levar para a sala textos que circulam na sociedade, para serem lidos e a produzidos textos para destinatários reais, só assim a criança poderá refletir sobre a sua leitura e escrita.

4.4- DINÂMICA INTERATIVA DA SALA DE AULA

A professora tem autonomia pedagógica para planejar, porém não são utilizados materiais didáticos e metodologia que favoreçam a aprendizagem da língua escrita em usos sociais. Foi observado que, embora a professora tivesse sua sala disposta em círculo, suas atividades eram totalmente individualistas, porém como criança não trabalha sozinha, os colegas que estão em volta sempre interagem na resolução das atividades.

As observações das aulas possibilitaram também, perceber um pouco da dinâmica interativa de sala de aula da professora pesquisada. Com relação às interações interpessoais, durante as atividades percebe-se a existência de interações sociais e afetivas que proporcionam relações de respeito, de solidariedade, de responsabilidade um com o outro. Existe uma relação positiva entre a professora e os alunos, que se reflete no processo de aprendizagem. A criança se sente motivada a querer sempre agradar o professor se esforçando para realizar as atividades. E o professor, ao perceber esse empenho da criança, se sente mais motivado a continuar seu trabalho com competência, porque para o docente é prazeroso ver seus alunos avançarem. Porém essa relação afetuosa não significa o professor tratar seu aluno por apelidos carinhosos, mas se preocupar com seu desenvolvimento integral.

Fato comprovado quando se foi perguntado à professora, **o que significa ser um bom professor alfabetizador?**

Ela respondeu: *“Um bom professor alfabetizador é aquele que ajuda o aluno a se sentir capaz e estimulado a ler e escrever.”* O que confirma Zabala (1998, P. 95)

Os professores devem acreditar sinceramente nas capacidades dos alunos, ganhando a confiança deles a partir do respeito mútuo. Tem que avaliar o aluno a partir do que ele é, confiando nele e dando condições para que ele aprenda a confiar em si mesmo.

Os dados aqui analisados apontam que a prática pedagógica da professora pesquisada não envolve aspectos de letramento, não são usados materiais didáticos e uma metodologia que favoreçam o desenvolvimento da leitura e da escrita, levando-se em consideração as práticas e usos sociais. Em linhas gerais, é possível afirmar que a prática docente realizada pela professora, possibilitou uma alfabetização inicial, onde os alunos puderam codificar e decodificar atribuindo sentido ao lido e escrito. Portanto,

temos que considerar que a prática docente é decisiva para o sucesso da alfabetização e do letramento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje sentimos a necessidade de uma alfabetização ligada ao letramento. O que se percebe hoje e a necessidade desde a pré - escola de a criança adquirir o código alfabético para poder aprender a codificar e decodificar para poder utilizar esses conhecimentos em práticas sociais de leitura e escrita, e quando a utilização real desses conhecimentos não acontece, vemos alunos terminando ensino fundamental sem saber atribuir significados a um texto que circula na sociedade e sem saber escrever textos para pessoas alfabetizadas que vivam fora dos muros da escola.

Em consequência disso teremos uma sociedade conforme Braggio,

“ controlados professores e alunos- o que não se verifica somente no processo de alfabetização, mas em matérias e anos posteriores de ensino- não resta senão a constatação do óbvio: analfabetos funcionais, ou pior, como sugere Freire (1974, 1980) ‘as massas silenciosas’ que carentes de consciência críticas mantêm e se eternizam o status quo.” (BRAGGIO,1992 P. 15)

A análise dos dados da pesquisa apontou a necessidade de uma formação profissional específica a respeito dos processos de alfabetização e letramento, A alfabetização assim como o letramento, por serem processos de natureza complexa, exige do docente uma formação profissional que leve em consideração suas especificidades conceituais, teóricas e metodológicas. Para atuar em classes de alfabetização, é indispensável que o professor possuía um conhecimento sistematicamente construído através de cursos de formação inicial e continuada e de qualidade.

O professor alfabetizador deve avaliar constantemente sua prática educativa, pois é por meio da mesma que o docente irá aprender a ensinar. Por essa razão, os saberes da prática docente não são adquiridos somente por meio da formação acadêmica. Esses saberes são e devem ser completados com os conhecimentos apreendidos no exercício da docência. Entretanto, se o professor acreditar que sua formação inicial por si só sustenta sua prática, esse professor não terá uma prática educativa suficientemente adequada para atuar em classes de alfabetização. Além disso, é através do exercício da autorreflexão de seu trabalho que o docente terá a oportunidade de rever sua ação docente para constantemente reorganizá-la. Então, a aprendizagem da leitura e da escrita é fundamentada no ensino mecânico das convenções e na estrutura do código alfabético. Essa aprendizagem é totalmente dissociada do trabalho de conscientização de que a escrita possui uma função social. O que leva a outra constatação: o processo de alfabetização precede o processo de

letramento. A prática docente ideal para as classes de alfabetização é aquela que se preocupa em alfabetizar letrando. Essa prática é impedida pela falta de material didático adequado, de apoio pedagógico e de uma formação específica sobre alfabetização e letramento.

Esse trabalho é apenas o início de minha pesquisa sobre a importância do professor alfabetizador no processo de alfabetização das crianças voltada para práticas de letramento, principalmente as oriundas de famílias que não convivem com práticas sociais de leitura e escrita, onde as crianças procuram na escola desenvolver esses conhecimentos, e muitos professores não conseguem enxergar essa necessidade, pois desenvolvem sua prática pedagógica voltada para uma uniformização do saber, como se todos aprendessem do mesmo jeito e ao mesmo tempo.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. Conceituando alfabetização e letramento. In: SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA, Márcia (ORG.) **Alfabetização e Letramento: conceito e relações**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ANTUNES, Celso. **Vygotsky quem diria?!** Em minha sala de aula. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

AZEVEDO, Maria Amélia; MARQUES, Maria Lúcia (org.). **Alfabetização Hoje**. São Paulo: Cortez, 1994.

BRAGGIO, Silvia Lucia Bigonjal. **Leitura e alfabetização: da concepção mecanicista a sociopsicolinguística**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Currículo na alfabetização: concepções e princípios**. Ano 1: Unid.1. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Aprendizagem do sistema de escrita alfabética**. Ano 1: Unid. 3. Brasília 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: planejando a alfabetização; integrando diferentes áreas do conhecimento: projetos didáticos e sequências didáticas**. Ano 01: Unid. 06. Brasília 2012.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. 10 ed. São Paulo: Scipione, 2007.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. 4 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

_____, Emília. **Com todas as letras**. 16ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GARCIA, Regina Leite (org.). **A formação da professora alfabetizadora: reflexões sobre a prática**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MICOTTI, Maria Cecília de Oliveira. **Leitura e escrita: como aprender com êxito por meio da pedagogia de projetos**. São Paulo: Contexto, 2009.

MOÇO, Andersom. Alfabetização. **Nova Escola**, São Paulo, Comemorativa de 25 anos, p. 50-57, jan./fev. 2011

MOLL, Jaqueline. **Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender**. 8 ed. Porto Alegre: Mediação 2009.

MOYSÉS, Lucia. **O desafio de saber ensinar**. 16ª Ed. Campinas: Parirus, 2011. (Santos, 2003, P.35)

MORAIS, Arthur Gomes; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz (Org.). **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. In: **Seminário** “Alfabetização e letramento em debate”, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, em 27/04/2006.

SANTOS, Itamar Diogo dos. Método Dom Bosco de Educação de Base. In: **Alfabetização: práticas e reflexões subsídios para o alfabetizador**. Brasília, 2003. 104p. disponível em:
<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fforumeja.org.br%2Ffiles%2Fcart_total.pdf&ei=352DUv-sNMqzkAepr4DgCw&usg=AFQjCNED7KbnNRodoZBXcE9alC_ssPxvjQ>
Acesso em: 13 Nov. 2013.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema de três gêneros**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. **Aprender a ler e escrever: uma proposta construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Para onde vai o professor?* Resgate do professor como sujeito de transformação. 12º ed. São Paulo: Libertad, 2007.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Anexo

SEQUÊNCIA DIDÁTICA - PANELA

Conforme o método Dom Bosco

Objetivos

- Reconhecer o som inicial da palavra PANELA.
- Ler a palavra PANELA.
- Escrever a sílaba PA.
- Perceber que palavras diferentes compartilham a mesma sílaba, que o pedaço PA da palavra PANELA é usado para formar outras palavras.
- Ler e escrever palavras formadas por TA e PA.

1º Passo – Coordenação Motor

2º Passo – Revisão da aula anterior

Antes de começar o novo tema, se fazer uma revisão do anterior. Convidar alunos a escrever no quadro o “ta de tatu”, em letras minúsculas e em letras maiúsculas. Todos têm de ler as sílabas escritas no quadro.

3º Passo – Apresentação do Cartaz – Figura da panela



O que vocês estão vendo? Quais os alimentos são preparados na panela? Na alimentação, a questão é só quantidade ou é também qualidade? Vale mais gastar dinheiro com comida ou com remédio? E saber cozinhar bem, é importante? Por quê? Onde vocês compram o alimento? A mercadoria é boa, sadia e barata? Tem muita gente que não se alimenta direito? Muita gente desnutrida? Como a gente pode ajudar a resolver esses problemas? Vocês já ouviram falar, por exemplo, na alimentação alternativa, que aproveita produtos bem baratos para melhorar a alimentação da família?

4º Passo – Desenho Gerador



Traçar o desenho gerador seguindo os números do esquema. Reforçar no desenho, com giz de outra cor (ou com marcador no cartaz), o lado direito da panela, junto com a alça. Escrever, abaixo ou ao lado do desenho, a sílaba “pa”.

5º Passo – Leitura da sílaba-chave em voz alta

Mostrar o cartaz com o desenho da panela.

Apontar a palavra PANELA escrita no cartaz.

Escrever a palavra PANELA no quadro.

Ler com os alunos a palavra guardando os pedacinhos e depois soltando.

Concluir que a palavra PANELA tem 3 pedaços.

Apresentar o cartaz com o desenho da panela e a sílaba PA nas quatro formas.

6º Passo – Escrita da sílaba-chave

Ler a palavra PANELA e convidar os alunos a escreverem o primeiro pedaço da palavra.

Escrever traço por traço o PA no quadro e os alunos escrevem no caderno.

Convidar cada aluno para escrever no quadro o PA e ler para os colegas.

Escrever o pedaço PA em 3 fichas.

7º Passo – Contextualização

Leitura do poema, “A Panela”, no cartaz apontando as palavras. (professor)

Leitura do poema pelo professor, os alunos seguem passando o dedo em cima das palavras.

Circular a palavra PANELA no texto.

A PANELA

NÃO HÁ PANELA QUE COZINHE MAIS
QUE DO TEMPO DA VOVÓ
E VAI BOTANDO ÁGUA NO FEIJÃO!
COM A RECEITA DA INSPIRAÇÃO.

E A PANELA VAI FERVER
COM TEMPERO APIMENTADO
VEM ENTÃO O COZINHEIRO
SOPRAR O FOGO DO ENSOPADO.

8º Passo – Atividades

Procurar, recortar e colar o pedaço PA em um cartaz ou no caderno.

Atividade nº 2.

Formar palavras, utilizando as fichas, com os pedaços TA e PA

(TATA - PAPA - PATA – TAPA - PATATA)

Leitura individual do Bloco 1 de Leitura.

AVALIAÇÃO

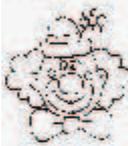
Durante todo o trabalho desenvolvido a avaliação será contínua e permanente levando em consideração o interesse para o desempenho no desenvolvimento de todas as atividades propostas, e serão feitas intervenções sempre que necessário.

ATIVIDADE

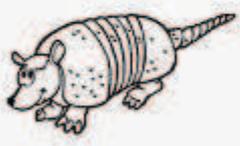
Pinte o pedaço PA das palavras abaixo:

PACOTE	PATO	PÁ
PAPA	MAPA	PÁSSARO
SOPA	ESPÁTULA	COMPASSO

Complete as palavras com o pedaço que falta:

		
<input type="text"/> LHA ÇO	<input type="text"/> MAN CO	<input type="text"/> PE TE

Escreva o nome das figuras:

		
_____	_____	_____

<http://metododomboscodelalfabetizar.blogspot.com.br/2013/09/sequencia-didatica-panela.html>

Apêndice



Universidade Estadual da Paraíba- UEPB
Centro de educação
Curso de pedagogia

Dados de identificação:

Formação? Pedagógica
Instituição e ano? UVA - 2008
Há quanto tempo leciona com alfabetização? 6 anos

Questionário

- 1- Que concepção você possui sobre alfabetização?
- 2- Você se sente preparada para atuar em classes de alfabetização?
- 3- A falta de apoio pedagógico prejudica a prática docente?
- 4- Como você entende o processo de alfabetização?
- 5- De que maneira você começa a alfabetizar as crianças no início do ano letivo?
- 6- Como você registra os avanços e as dificuldades dos alunos?
- 7- Para você, porque muitas crianças não aprendem a ler e a escrever?
- 8- Qual a importância do ato de ler e escrever na vida de uma criança?
- 9- Você segue um método de alfabetização? Qual?
- 10- Para você, o que significa ser um bom professor alfabetizador?

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

/ /

Conclusões

- 1- É o processo de desenvolvimento da leitura e escrita.
- 2- Na verdade a nossa capacidade para alfabetizar adquiremos cada nova experiência e desafios que encontramos nas salas que passamos.
- 3- Sim, pois o apoio pedagógico nos dá subsídios para a melhoria do ensino.
- 4- É a apropriação da leitura e da escrita.
- 5- Após fazer um diagnóstico para identificar o nível de escrita e conhecer o processo de leitura de cada criança, começa a representação das letras sílabas a partir de diversos tipos de textos.
- 6- Elaboração de diagnósticos e relatórios individuais.

Seg Ter Qua Qui Sex Sáb Dom

/ /

7- Uma das grandes dificuldades que encontramos em ensinar ler e escrever é os problemas de aprendizagem apresentados por algumas crianças, e especialmente aquelas que não memorizam letras e não de sílabas com facilidade.

8- A grande importância de saber ler e escrever é ensinar a criança nas diversas práticas sociais que exigem leitura e escrita.

9- Aluno, método Dom Bosco.

10- Um bom professor alfabetizador é aquele que ajuda o aluno a se sentir capaz e estimulado a ler e escrever.